

## Agenda de 5 a 9/05: contribuição negocial volta à pauta



Retorna a pauta do plenário da Câmara dos Deputados nesta semana o PL 1663/23, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto que já passou pelas comissões conta com emendas de plenário que tratam do financiamento sindical entre outros pontos abordados na legislação trabalhista. Há também uma série de destaques para votar partes do texto em separado que contam com divergência do parecer do relator, deputado Ossésio Silva (Republicanos-PE).

### Matéria completa:

<https://diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/92221-revogacao-da-artigos-da-clt-e-proposta-que-altera-composicao-da-camara-estao-na-pauta>

Fonte: Diap

## Motta defende alternativas de arrecadação para aprovar a isenção do Imposto de Renda

*Governo propôs aumento de taxaço para altos salários; presidente da Câmara cita também bancos e empresas*

Acervo Câmara dos Deputados



Motta: proposta é boa e será aprovada pelo Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais será

aprovada pelo Congresso. “O Congresso vai aprovar sim, ela é boa, mas não pode ser danosa para a economia. Outras saídas [compensações] podem ser encontradas e isso está sendo discutido, como, por exemplo, cobrar um pouco mais de bancos, de pessoas jurídicas e não apenas de pessoas físicas”, afirmou.

Para compensar a perda de receitas que o aumento da isenção trará, o governo propõe um imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, o equivalente a R\$ 600 mil por ano. Segundo Hugo Motta, uma das ideias a serem discutidas é cobrar também de bancos e empresas. A afirmação foi feita em entrevista ao Bom Dia, Paraíba (TV Globo), nesta segunda-feira (5).

A proposta do governo (PL 1087/25) está sendo discutida em comissão especial e depois será enviada para o Plenário. “O trabalho da comissão especial é para isso: para ouvir a sociedade, ouvir o setor produtivo, ouvir economistas e membros do governo para que se encontre o melhor texto possível, e aprová-lo até o final do ano”, afirmou Motta.

Fonte: Agência Câmara

## INTERNACIONAL: Delegação argentina inicia intercâmbio profissional em Santa Catarina

*Com a expectativa de uma semana produtiva, os intercambistas argentinos estão ansiosos para absorver o máximo de conhecimento e levar de volta à Argentina as experiências aqui vividas*



Na madrugada do último domingo, 04 de maio, quatro trabalhadores argentinos desembarcaram em Itapema, Santa Catarina, com o objetivo de participar de um intercâmbio profissional organizado pela Federación Argentina de Trabajadores de la Industria del Cuero y Afines (FATICA) em parceria com a

**Brasília-DF, 07 de maio de 2025**

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC). Os representantes argentinos, Natália Albarracin, Alcides Lopez, Carlos Carabajal e Sérgio Giron, foram recebidos com entusiasmo e já iniciaram suas atividades na manhã desta segunda-feira.

O programa da semana inclui uma imersão em estudos teóricos sobre o sindicalismo e a legislação trabalhista brasileira, além de visitas técnicas a indústrias têxteis da região. A abertura dos estudos contou com a presença do tesoureiro da FETIESC, Landivo Fischer, que, em nome de toda a diretoria, deu as boas-vindas aos intercambistas, destacando a importância da cooperação internacional entre trabalhadores e sindicatos.

Logo após a cerimônia de abertura, o professor Sabino Bussanello, da Escola de Formação Sindical da FETIESC, conduziu uma aula sobre a história do movimento sindical no Brasil. Com um relato histórico detalhado e a apresentação de perspectivas futuras, Bussanello proporcionou aos participantes uma visão abrangente dos desafios e conquistas do sindicalismo brasileiro.

A agenda dos intercambistas está bastante preenchida: na terça-feira (06/05), eles terão aulas focadas na legislação trabalhista brasileira, essenciais para compreender as diferenças e semelhanças com o sistema argentino. Já na quarta e quinta-feira, a programação inclui visitas técnicas a indústrias têxteis em Joinville, uma oportunidade para observar de perto as práticas e inovações do setor no Brasil.

Este é o segundo intercâmbio realizado entre as duas instituições em solo brasileiro, refletindo o compromisso mútuo com o intercâmbio de conhecimentos e experiências. A reciprocidade do programa será concretizada no final deste mês, quando uma equipe de dirigentes sindicais ligados à FETIESC viajará a Buenos Aires para participar de mais um intercâmbio com a FATICA.

A iniciativa visa fortalecer os laços entre os trabalhadores dos dois países, promovendo uma troca de saberes que pode beneficiar as respectivas comunidades sindicais. Com a expectativa de uma semana produtiva, os intercambistas argentinos estão ansiosos para absorver o máximo de conhecimento e levar de volta à Argentina as experiências vividas em Santa Catarina.

#FETIESC #FATICA #BuenosAires #Argentina #Brasil  
#Intercâmbio

Fonte: Fetiesc

## **PGR é contra divulgação de salários prevista na Lei da Igualdade Salarial**

*Para Paulo Gonet, exigência de relatórios semestrais sobre remuneração para empresas fere princípios constitucionais*



*O procurador-geral da República, Paulo Gonet*

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contra um trecho da Lei da Igualdade Salarial que obriga empresas com cem ou mais empregados a divulgarem relatórios de transparência sobre os salários.

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na última terça (29), o procurador-geral Paulo Gonet afirma que a exigência fere os princípios da privacidade, da intimidade e da proteção de dados pessoais, além de afetar a livre iniciativa e a livre concorrência.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em julho de 2023, a lei estabelece que empresas com mais de cem funcionários devem garantir igualdade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. Para permitir a fiscalização, também determina o envio de relatórios semestrais de transparência ao Ministério do Trabalho.

A norma é alvo de questionamentos no STF em duas ações, apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A publicação de relatórios salariais é um dos pontos de questionamento.

Segundo as entidades, mesmo com a exigência de anonimato, seria possível identificar individualmente os empregados por meio da associação entre cargo e valor do salário — o que violaria direitos fundamentais como a intimidade, a proteção de dados, a livre concorrência e a proporcionalidade.

A PGR concordou com a argumentação. Para Paulo Gonet, a regra "possibilita a identificação de dados de empregados a partir da simples correlação entre cargo e valor do salário, com ofensa aos princípios da proteção da privacidade, da intimidade e dos dados pessoais."

Brasília-DF, 07 de maio de 2025

As duas ações estão sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes que ainda precisa proferir decisão sobre o tema, concordando ou não com a PGR.

Fonte: CNNBrasil

## INSS quer apresentar plano de ressarcimento até a próxima semana

Wilson Dias/Agência Brasil



*Presidente do instituto diz que pretende iniciar os pagamentos o quanto antes. Governo tenta bloquear bens de entidades suspeitas para obter os recursos necessários.*

O presidente do INSS, Gilberto Waller Junior, afirmou nesta segunda (5) que o plano de ressarcimento a aposentados e pensionistas vítimas de descontos indevidos será apresentado até a próxima semana. O cronograma depende de aprovação na Casa Civil e do aval do Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Conselho Nacional de Justiça.

Em entrevista à GloboNews, Waller disse que, para obter os recursos necessários ao ressarcimento, o plano inicial é de recuperar os valores junto às entidades investigadas por envolvimento na fraude. "Prioritariamente vamos buscar de quem se enriqueceu. Depois, se o dinheiro não for suficiente para poder arcar com essa questão, daí vamos buscar outras fontes", declarou.

O INSS e a Advocacia-Geral da União (AGU) firmaram na sexta-feira (2) uma parceria para trabalhar com a responsabilização dos envolvidos nas fraudes do INSS. Os dois órgãos também trabalham juntos na elaboração do plano de ressarcimento às vítimas. Gilberto Waller antecipou que ainda no domingo (4), foram abertos 13 processos de responsabilização de pessoas jurídicas investigadas por enriquecimento ilícito.

Waller também planeja implementar novas medidas de segurança antes da reabertura de programas que envolvam descontos sobre as aposentadorias. As associações deverão apresentar dados de reconhecimento facial e cruzamento de dados por geolocalização.

Fonte: Congresso em Foco

## Comissão aprova projeto que prevê novo cálculo da aposentadoria de quem volta a trabalhar

*Medida beneficia quem contribuiu por mais 60 meses, pelo menos*

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Laura Carneiro recomendou a aprovação da proposta

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê recálculo do benefício para os aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que continuou trabalhando ou voltou a trabalhar e contribuiu por pelo menos mais 60 meses.

O texto aprovado é o substitutivo da relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), para o Projeto de Lei 2567/11, do Senado, e 30 pensados.

A versão original do Senado ampliava benefícios a aposentados que voltam a trabalhar, mas o parecer mantém apenas direito, se for o caso, a salário-família e reabilitação profissional.

"As contribuições adicionais do segurado aposentado poderão ser aproveitadas mediante procedimento administrativo de recálculo do valor da renda mensal, observadas determinadas condições", explicou Laura Carneiro.

### Mais 60 meses

Assim, pelo substitutivo aprovado, as pessoas que continuaram ou voltaram a trabalhar e contribuíram por mais 60 meses para a Previdência Social poderão pedir ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) um novo cálculo da aposentadoria.

Cada segurado poderá fazer pedidos similares até duas vezes.

A futura regra não valerá para todas as aposentadorias. Casos de incapacidade permanente e aposentadoria especial, por exemplo, ficarão de fora. Por outro lado, pensionistas também terão direito a pedir o recálculo.

### Desapontação

Laura Carneiro aproveitou a maior parte de um texto aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da



Brasília-DF, 07 de maio de 2025

Pessoa Idosa, que abria a possibilidade de um segurado renunciar a benefício já concedido pelo RGPS – a chamada desaposentação.

“A aposentadoria é um ato jurídico perfeito, e a tese da desaposentação implica a renúncia e o consequente cancelamento de benefício em manutenção, além do questionamento sobre eventual devolução dos valores pagos”, disse a relatora.

Em 2016, sob argumento de que não havia lei a respeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da desaposentação. A decisão foi reiterada pela Corte em 2020.

### Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado, que analisará as alterações feitas pelos deputados.

Fonte: Agência Câmara

## Sistema Mediador de Negociação Coletiva do Brasil é modelo para a América Latina



O Sistema de Negociação Coletiva de Trabalho (Mediador) do Ministério do Trabalho e Emprego, uma ferramenta importante para a negociação coletiva no Brasil, construída a partir dos princípios da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem se tornado referência para os países da América Latina, não apenas porque moderniza e agiliza os processos de negociação coletiva no Brasil, mas também por se consolidar como um modelo a ser seguido internacionalmente, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e democrático em todo o continente.

No período de 2023 a 2025, foram mais de 90.5 mil instrumentos de negociação coletiva registrados no Sistema Mediador, sendo desse total mais de 75 mil acordos coletivos, além de mais de 16 mil convenções coletivas.

De acordo com a especialista em Relações do Trabalho e Diálogo Social da OIT para América Latina, Maria Carolina Martins da Costa, a negociação coletiva é um direito fundamental do trabalho, reconhecido na Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e reafirmado na Declaração da OIT de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Ela afirma que é um direito essencial para a construção de relações trabalhistas justas, permitindo que empregadores e trabalhadores estabeleçam, por meio do diálogo social, salários e condições de trabalho adequados. “Na América Latina e no Caribe, todos os países ratificaram a Convenção Nº 98 da OIT, que trata do direito de se organizar e participar de negociações coletivas, formando a base do diálogo social. Para apoiar os constituintes da OIT a aprimorar as relações coletivas de trabalho por meio do diálogo social, a OIT criou a Iniciativa Regional para Fortalecimento do Diálogo Social e das Relações Coletivas de Trabalho na América Latina e Caribe (IRDS). Essa Iniciativa tem como objetivo fornecer assistência técnica baseada em evidências, compilar e sistematizar práticas bem-sucedidas e promover a liberdade de associação e a negociação coletiva em toda a região”, explica Carolina.

Matéria completa: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/maio/sistema-mediador-de-negociacao-coletiva-do-brasil-e-modelo-para-a-america-latina>

Fonte: MTE



Defesa dos Sindicatos e do  
Direito à Organização



**“O sindicato nasceu e renasce todas as vezes que, como os profetas bíblicos, dá voz aos que não têm voz.”**

(Papa Francisco, Audiência com a Confederação Italiana do Trabalho – CGIL, 19 de dezembro de 2022)

<https://www.instagram.com/p/DJUexqNuNm/>